

IBGE

Vendas no comércio crescem 1,2% em maio

As vendas do comércio cresceram 1,2% em maio na comparação com abril, o que representa o quinto mês seguido de alta, fazendo o setor alcançar o maior volume da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em janeiro de 2000. Até então, o re-

corde era em abril. Com os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada ontem, o setor acumula expansão de 5,6% em 2024 e 3,4% nos últimos 12 meses. Cinco das oito atividades pesquisadas ficaram no campo positivo em maio. A principal influência positiva veio de hiper e super-

mercados, que tiveram aumento nas vendas de 0,7%, marcando o segundo mês seguido de alta. Esse segmento responde por mais da metade (54,7%) do volume de vendas do comércio. Na sequência, se destaca a atividade de outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,6%). **PÁGINA 2**

PRIMEIRO SEMESTRE

Financiamento de veículos tem melhor marca desde 2011

Os financiamentos de veículos novos e usados, das categorias leve, pesados e motos totalizaram 3,4 milhões de unidades no primeiro semestre deste ano, um aumento de 23,8% em comparação com o mesmo período de 2023. Foram cerca de 650 mil unidades financiadas a mais do que se verificou entre janeiro e junho do ano passado. A melhoria da renda e o fato desses bens servirem de garantia aos contratos de financiamento ajudam a explicar esse resultado, melhor desde 2011, quando 3,7 milhões de unidades foram vendidas com o auxílio das linhas de crédito. As informações são da B3 que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG). De acordo com os registros de financiamento feitos pelo sistema bancário, o segmento de veículos comerciais e leves cresceu 21% no primeiro semestre deste ano em comparação ao primeiro semestre de 2023; os financiamentos de veículos pesados (caminhões para transporte de cargas) cresceram 15,8%. **PÁGINA 2**

RACHADINHAS

Bolsonaro tramou plano para anular inquérito contra Flávio



ABRASIL

Com o avanço das investigações da Operação Última Milha, a Polícia Federal encontrou um áudio de uma reunião em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (foto com Ramagem), o general Augusto Heleno (então chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual a Abin é subordinada) e o ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem discutem um plano para anular o inquérito

das rachadinhas - investigação que fechou o cerco ao senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-chefe do Executivo. A gravação remonta a um encontro realizado em agosto de 2020, também com a participação da advogada de Flávio. A conversa citou os auditores da Receita responsáveis pelo relatório de inteligência fiscal que baseou a investigação do caso Queiroz - revelado pelo Estadão. **PÁGINA 5**

PARTIDOS

Câmara aprova 1º turno de perdão para anular multas

PÁGINA 5

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT vai abrir concurso para contratar servidores

PÁGINA 6



LULA MARQUES/ABRASIL

Fogo amigo da Abin paralela espionou até aliados de Bolsonaro, como Arthur Lira

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro monitorou ilegalmente, segundo a Polícia Federal, ao menos quatro ministros do Supremo Tribunal Federal, quatro deputados federais, 4 senadores, um ex-governador, dois servidores do Ibama, três auditores da Receita e quatro jornalistas. A lista foi descoberta pelos investigadores da Operação Última Milha, que teve sua quarta fase aberta ontem. Foram presos quatro auxiliares do ex-chefe da Abin Alexandre Ramagem e integrantes do chamado 'gabinete do ódio'. Segundo a PF foram monitorados: - Poder Judiciário: ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux. Poder Legislativo: deputados Arthur Lira (foto), presidente da Câmara, Rodrigo Maia (então presidente da Câmara). **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,85% / 128.293,61 / 1.075,37 / Volume: R\$ 19.864.541.091 / Negócios: 3.253.460						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,81% (jun.)	EURO turismo						
Mais Negociados						Maiores Altas		Maiores Baixas		Ufir	0,21% (jun.)	IPCA	Compra: 5,9779	Venda: 6,1579				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(24/06)	Taxa Selic	(24/06)	DO	Compra: 5,4100	+0,25%				
B3 ON NM	11,05	+2,98	+0,32	PDG REALT ON NM	0,23	+27,78	+0,05	CLEARSALE ON NM	8,160	-8,72	-0,780	NASDAQ Composite	18.283,406	-1,95	DÓLAR comercial	Compra: 5,4414	Venda: 5,4420	
AMERICANAS ON NM	0,77	+1,32	+0,01	BANRISUL PNA N1	16,99	+14,03	+2,09	CEDRO PN N1	21,10	-6,60	-1,49	CAC 40	7.627,13	+0,71	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 422,94	
MRV ON NM	7,26	+2,83	+0,20	NORDON MET ON	6,20	+12,73	+0,70	JOAO FORTES ON	0,33	-5,71	-0,02	FTSE 100	8.223,34	+0,36	Poupança	EURO Comercial	Compra: 5,9119	Venda: 5,9125
HAPVIDA ON NM	4,09	+0,49	+0,02	GAFISA ON NM	3,91	+8,31	+0,30	SANTANENSE ON	2,52	-5,62	-0,15	DAX	18.534,56	+0,64	DÓLAR turismo	Compra: 5,4741	Venda: 5,6541	
CIELO ON NM	5,7	+0,17	+0,01	TENDA ON NM	13,33	+7,85	+0,97	ONCOCLINICASON NM	7,530	-5,28	-0,420	Ftse Mib	34.318,11	+0,03				

MERCADOS



De volta aos 128 mil pontos, Bolsa tem mais longa série de ganhos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) segue invicto desde o começo de julho, chegando ao nono ganho consecutivo, o que iguala em extensão a sequência entre 14 e 26 de fevereiro de 2018. Índice Bovespa (Ibovespa) registrou também a maior alta da série iniciada em 1º de julho. Ontem, subiu 0,85%, a 128.293,61 pontos, entre mínima de 127.220,95, da abertura, e máxima de 128.326,23, do fim da tarde. O giro foi de R\$ 19,8 bilhões.

Na semana, Ibovespa avançou 1,6%, limitando a perda no ano a 4,39%. Desde 1º de julho, a recuperação se aproxima de 4,4 mil pontos, ou 3,54%, em relação ao fechamento de junho. Ontem, Vale seguiu em baixa (ON -0,26%), mas o dia foi de retomada para outros nomes do setor metálico, como Gerdau (PN +1,34%) e CSN (ON +1,63%). Petrobras fechou em alta de 0,83% (ON) e de 0,68% (PN), em sessão ao fim majoritariamente positiva para os grandes bancos, à ex-

ceção de BB (ON -0,49%) e de Bradesco PN, sem variação no fechamento. No lado oposto, destaque para o avanço de 3,25% em Santander Unit, na máxima do dia no encerramento.

Na ponta ganhadora, TIM (+4,1%), Rumo (+3,4%) e Braskem (+3,27%). Na fila contrária, Transmissão Paulista (-1,53%), Alparagatas (-1,48%) e Hypera (-1,44%).

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,55%, cotado a R\$ 5,4426, com máxima de R\$ 5,4536 à tarde. Pela manhã, a moeda chegou a ser negociada abaixo de R\$ 5,40, com mínima a R\$ 5,3704, em sintonia com o exterior, após a surpreendente deflação ao consumidor nos EUA aumentar as apostas em cortes de juros pelo Federal Reserve neste ano.

Apesar da alta hoje, o dólar à vista ainda acumula baixa de 0,36% na semana. Nos nove primeiros pregões de julho, a moeda apresenta desvalorização de 2,61%.

ABRACICLO

Produção de motos registra alta de 13,5% no primeiro semestre

DANIEL TOZZI MENDES/AE

A produção de motos no País cresceu 13,5% no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2023, informou ontem, a Abraciclo, entidade que representa as montadoras de motos do polo industrial de Manaus (AM), onde se concentra a maior parte da produção nacional do veículo. Entre janeiro e junho foram produzidas 868.076 unidades, melhor desempenho para o setor no período desde 2012.

Só no mês de junho, houve alta de 11,5% na produção em relação ao mesmo mês de 2023. Na comparação com maio deste ano, porém, houve recuo de 33,8% na produção, mas a retração já era esperada devido ao período de férias coletivas em algumas empresas associadas, informou a Abraciclo.

Durante a coletiva de apresentação dos dados, o presidente da associação, Marcos Bento, afirmou que o cenário "continua favorável" para o setor, a despeito de algumas adversidades pontuais, como a recente pressão vista sobre o câmbio nas últimas semanas. "A moto continua sendo um produto de uso profissional muito eficiente na questão da relação do uso com o preço do combustível", reforçou.

Apesar do cenário favorável até aqui, a Abraciclo não alterou, por ora, sua projeção para

a produção no ano, que segue de 1,69 milhão de unidades. A manutenção do cenário, detalhou Marcos Bento, reflete a queda no volume de exportações observada no primeiro semestre, que contraiu 23,5% em relação a 2023, além de fatores climáticos, que podem afetar a produção à frente.

"Teremos um segundo semestre desafiador, com previsão de uma estiagem ainda mais severa do que a do ano passado em Manaus, quando já houve efeito direto na produção de motocicletas na Zona Franca", detalhou o presidente.

VENDAS

As vendas de motocicletas cresceram 19,6% no primeiro semestre, melhor desempenho registrado nos últimos 17 anos, de acordo com a Abraciclo. No total 933.158 unidades foram licenciadas no período.

Durante a coletiva, o presidente da Abraciclo pontuou que houve aumento na modalidade de venda financiada, como efeito da redução na taxa Selic observada ao longo do primeiro semestre. A interrupção no ciclo de quedas do juro básico não deve, por ora, atrapalhar significativamente o desempenho do setor à frente. "É claro que isso depende de uma série de fatores, mas para o mercado de motocicletas o nosso cenário ainda é estável e programado, dentro da expectativa", frisou.

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

As vendas do comércio cresceram 1,2% em maio na comparação com abril, o que representa o quinto mês seguido de alta, fazendo o setor alcançar o maior volume da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em janeiro de 2000. Até então, o recorde era em abril. Com os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada ontem, o setor acumula expansão de 5,6% em 2024 e 3,4% nos últimos 12 meses.

Cinco das oito atividades pesquisadas ficaram no campo posi-

tivo em maio. A principal influência positiva veio de hiper e supermercados, que tiveram aumento nas vendas de 0,7%, marcando o segundo mês seguido de alta. Esse segmento responde por mais da metade (54,7%) do volume de vendas do comércio.

Na sequência, se destaca a atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,6%). Também apresentaram evolução positiva as atividades de tecidos, vestuário e calçados (2%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,2%) e livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%).

O gerente da pesquisa, Cristiano Santos, classifica o resultado como "bastante forte". De acordo

com pesquisador, fatores como aumento no nível de emprego, da massa salarial e concessão de crédito ajudam a explicar os resultados positivos.

Ficaram no campo negativo os segmentos móveis e eletrodomésticos (-1,2%), combustíveis e lubrificantes (-2,5%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-8,5%). "No setor de combustíveis e lubrificantes, essa queda tem a ver com a diminuição de uma atividade de transporte no sul do país, em decorrência das enchentes", explica Cristiano.

COMPARAÇÃO ANUAL

Na comparação com maio do

ano passado, o comércio brasileiro apresentou alta de 8,1%. Essa alta foi disseminada por cinco das oito atividades: outros artigos de uso pessoal e doméstico (14,5%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (13,6%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (10,5%), móveis e eletrodomésticos (2,1%) e tecidos, vestuário e calçados (2,0%).

As outras três atividades tiveram resultados negativos: livros, jornais, revistas e papelaria (-8,9%), combustíveis e lubrificantes (-3,2%) e equipamentos e material para escritório informática e comunicação (-0,2%).

PRIMEIRO SEMESTRE

Financiamentos de veículos têm melhor marca desde 2011

Os financiamentos de veículos novos e usados, das categorias leve, pesados e motos totalizaram 3,4 milhões de unidades no primeiro semestre deste ano, um aumento de 23,8% em comparação com o mesmo período de 2023. Foram cerca de 650 mil unidades financiadas a mais do que se verificou entre janeiro e junho do ano passado.

A melhoria da renda e o fato desses bens servirem de garantia aos contratos de financiamento ajudam a explicar esse

resultado, melhor desde 2011, quando 3,7 milhões de unidades foram vendidas com o auxílio das linhas de crédito.

B3

As informações são da B3 (bolsa de valores) que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG). De acordo com os registros de financiamento feitos pelo sistema bancário, o segmento de veículos comerciais e leves cresceu 21% no primeiro semestre deste ano em compara-

ção ao primeiro semestre de 2023; os financiamentos de veículos pesados (caminhões para transporte de cargas) cresceram 15,8% e a categoria de motos foi a que registrou maior avanço, com evolução de 31,5%. Do total de 3,4 milhões de unidades financiadas, 1,2 milhão de unidades corresponderam a financiamentos de veículos novos.

O gerente de Planejamento e Inteligência de Mercado da B3, Gustavo de Oliveira Ferro, disse

que o resultado apurado no primeiro semestre deste ano, com aumento dos financiamentos de veículos novos e usados, é reflexo do aumento da concessão de crédito para este segmento por parte dos bancos, melhoria da renda e maior disponibilidade de recursos para as linhas de financiamentos com garantia real, no caso, os próprios veículos, caminhões e motos. As taxas de juros oscilaram entre 1,27% e 1,91% ao mês - base de abril de 2024.

COMÉRCIO EXTERNO

Aprovações na linha de exportação do BNDES sobem 135% no semestre

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O valor das aprovações de crédito na linha BNDES Exim Pré-Embarque registrou avanço de 135% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Somente as micro, pequenas e médias empresas responderam por alta de 483% nas aprovações.

Nos desembolsos totais a alta no período ficou em 31%. A linha é destinada ao financiamento de empresas brasileiras na produção de bens destinados à exportação.

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 68 operações no primeiro semestre, foram aprovados créditos equivalentes a R\$ 5,4 bilhões, enquanto no ano anterior foram R\$ 2,3 bilhões, relativos a 58 operações. O total de desembolsos este ano atingiu R\$ 3 bilhões. Já no primeiro semestre de 2023, somaram R\$ 2,3 bilhões.

Para as micro, pequenas e médias empresas a aprovação de crédito chegou a R\$ 56 milhões neste ano, valor bem acima do apresentado em 2023, quando ficou em R\$ 9,6 milhões. As aprovações em 2024 para as grandes empresas atingiram R\$ 5,3 bilhões, o que representa crescimento de 134%, se comparado a 2023.

Para o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do Banco, José Luís Gordon, o aumento do apoio às exportações é reflexo da política industrial do governo federal. "O eixo de apoio às exportações é prioritário na Nova Indústria Bra-

sil. No primeiro semestre, o BNDES reduziu o spread (diferença entre os preços de compra e de venda de um determinado ativo) da linha Exim Pré-Embarque, primeiro limitado a um orçamento de R\$ 2 bilhões e depois, de forma permanente, potencializando esse instrumento do Plano Mais Produção, braço de financiamento da política industrial", informou Gordon, em texto divulgado pelo banco.

Na visão do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, os números mostram o bom momento da economia brasileira. "Com crescimento, queda no desemprego e aumento da massa salarial dos trabalhadores, as empresas nacionais buscam novos mercados, cada vez mais abertos, como resultado da política externa ativa e ativa do go-

verno do presidente Lula."

LINHA DE CRÉDITO

Segundo o banco, com a linha BNDES Exim Pré-Embarque, os recursos são recebidos pelo cliente no Brasil com o compromisso de comprovar a exportação dos produtos posteriormente. "A amortização do financiamento é feita diretamente com o agente financeiro repassador ou com o próprio BNDES", explicou a instituição.

No fim do ano passado, essa modalidade de crédito somou R\$ 4,5 bilhões em 55 operações aprovadas. Entre 2019 e 2022, foram 35 operações. Com os desembolsos de R\$ 5,9 bilhões no ano passado, o valor correspondeu a uma elevação de 79% em relação ao total realizado nos quatro anos anteriores.

Nota

CAMEX MANTÉM ELEVÇÃO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO EM RESÍDUOS DE PAPEL E PLÁSTICO

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) decidiu ontem, manter a elevação das alíquotas do Imposto de Importação cobrado de resíduos de papel, plástico e vidro. A taxa está em 18% desde julho do ano passado, mas tinha validade de doze meses. Agora, a majoração foi estendida por mais um ano. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a decisão é baseada na efetividade da medida em 2023, que reduziu as importações de

resíduos plásticos e de papel. "De agosto de 2023 a maio de 2024, as importações de restos de papel caíram 48,3% e a de plásticos tiveram redução de 33%, contribuindo com o mercado nacional de reciclagem e promovendo a gestão adequada dos resíduos", apontou a pasta. Ainda segundo o Mdic, a maior parte dos resíduos importados, em todos os códigos NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) abrangidos pela medida, são provenientes de países fora do Mercosul. "Isso reforça a importância da medida para estimular o mercado nacional e evitar a entrada de materiais de baixa qualidade ou com origem duvidosa.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

SECRETARIA DE ATENÇÃO
ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIAMINISTÉRIO DA
SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.069/2024

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.069/2024 no dia 24/07/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (IMUNOGLOBULINA DE COELHO ANTITUMÓRICO HUMANOS 25MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA; INSULINA HUMANA NPH 100 UI/ML INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML; INSULINA HUMANA REGULAR 100 UI/ML INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML e etc) Processo nº. 33409.001261/2024-99. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PERMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
CNPJ Nº 33.257.007/0001-42 - Nire: 3330002646-1
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: 30 de abril de 2024, às 11:30 horas, em sua sede social, na Av. Rio Branco 185, sala nº 1203, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ. 2. MESA DIRETORA: Vice-Presidente Corinne Coffin e Secretário, Russell Wid Coffin. 3. CONVOCACÃO: por avisos pessoais enviados a todos os senhores acionistas e diretores. 4. QUORUM: a totalidade do capital social com direito a voto. 5. RESOLUÇÕES: 5.1. Dispensa de leitura da Ordem do Dia, por ser de todos conhecida; 5.2. Eleita a Diretoria, com mandato de 30 de abril de 2024 até 29 de abril de 2026, assim composta: Presidente, RUSSELL WID COFFIN, brasileiro, casado, industrial, identidade Nº 03173259-7 do IFP/RJ., CPF Nº 341.130.457-04, residente e domiciliado na rua José Moreira da Silva Nº 341, Porto Novo, Saquarema-RJ., CEP 28991-272 e Vice Presidente CORINNE COFFIN, brasileira, solteira, industrial, identidade Nº 3359285 do IFP/RJ., CPF Nº 429.030.177-00, residente e domiciliada na Fazenda Ouro Verde, Macaé de Cima, 5º Distrito de Nova Friburgo-RJ., CEP 28600-000, permanecendo declarado vago o cargo de Diretor até a próxima AGO que venha a ser realizada. 5.2.1. Fixados os honorários globais da administração até o limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) anuais; 5.2.2. Neste ato os diretores eleitos tomam posse nos respectivos cargos, conforme termos de posse no Livro do Registro de Atas de Reunião da Diretoria da sociedade, que fica arquivado na sede da companhia, no qual declaram para todos os fins, não estarem impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada. Rio de Janeiro, RJ, 30 de abril de 2024. (aa) Russell Wid Coffin e Corinne Coffin. Conforme o original, fielmente transcrito do Livro próprio, Russell Wid Coffin - Secretário da AGO. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 27/05/2024 sob o nº 00006257625, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITARMINISTÉRIO DA
DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Comando da 1ª Divisão de Exército (Cmdo 1ª DE), UASG 160297, torna público que fará realizar a licitação na modalidade Pregão eletrônico, nº 29/2023, do tipo menor preço global, sob o Nº do Processo: 64277.013234/2023-54, cujo o objeto é a contratação de serviço comum de engenharia para reparo e manutenção das instalações do rancho do 11º Grupo de Artilharia de Campanha. O edital e anexos encontram-se disponível no Endereço: Av. Duque de Caxias, 1965, Vila Militar - Rio de Janeiro/RJ, no PNCP ou no site <https://www.gov.br/compras/>, sendo a data da abertura das Propostas dia 29/07/2024, às 09h30 no site www.gov.br/compras.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE LICITAÇÃO:
CONCORRÊNCIA - CO FUJB Nº 04/2024 PROCESSO FUJB Nº 27.857-2
OBJETO: "EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS PARA REDE LÓGICA E SEGURANÇA DE 03 (TRÊS) MÓDULOS LABORATORIAIS ANEXOS AO MUSEU NACIONAL DA UFRJ, NO CAMPUS DE PESQUISA E ENSINO EM SÃO CRISTÓVÃO" DATA: 30/07/2024 HORA: 10h (dez horas) LOCAL: Avenida Pasteur, 280 - Urca, Cidade do Rio de Janeiro - RJ / Sala de reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB. (Entrada pela Rua Lauro Muller, nº 85 ou pela Avenida Venceslau Brás, nº 71). VALOR ESTIMADO: R\$ 1.370.499,00 (hum milhão trezentos e setenta mil quatrocentos e noventa e nove reais). A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site <http://www.fujb.ufrj.br>, podendo também ser retirado, caso necessário, mediante a entrega de um Pen Drive, no Setor de Licitações da FUJB, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h. Quaisquer informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da FUJB, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo e-mail slc@fujb.ufrj.br nos horários já indicados.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024
Cláudio Francisco de Siqueira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação (Original assinado)

Diário de Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

MVMA Engenharia e Participações Ltda.

CNPJ/MF 34.354.859/0001-10 - NIRE 33.210.799.22-3

Edital de convocação

Ricardo Ferraz da Silva Vianna, na qualidade de administrador da MVMA Engenharia e Participações Ltda. ("Sociedade"), convoca os senhores sócios a se reunirem em Reunião de Sócios Extraordinária, a ser realizada às 10hs do dia 22 de julho de 2024, na modalidade virtual, através do link https://teams.microsoft.com/j/19%3ameeting_ZWQxYTA5YTUIMTRhNi00ZmNmLTgxNTgtOTNiMDJlZjZmMzA5%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22bca24f00-439f-4068-84c4-ae674ab2791%22%2c%22oid%22%3a%229cda0c32-6388-4fdf-a8c2-4f0edaac3207%22%7d, a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: inclusão, no Contrato Social da Sociedade, de cláusula que permita a exclusão extrajudicial de sócio, na forma do art. 1.085, caput, da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil). Os sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através da outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Rio de Janeiro, 11 de julho de 2024. Ricardo Ferraz da Silva Vianna. (12, 15 e 16/07/2024)

LAR PARTICIPAÇÕES S.A
CNPJ: 04.963.945/0001-60

BALANÇO PATRIMONIAL VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$)

	2023	2022		2023	2022
ATIVO			PASSIVO CIRCULANTE		
ATIVO CIRCULANTE			CONTAS A PAGAR	1.320,00	-
Caixa	11.074.091,80	10.760.512,69	IMPOSTOS E TAXAS A PAGAR	22.063,79	-
Imóveis a Venda	11.560.501,84	11.560.501,84	ORG.TRABAL E PREVIDENCIARIA	264,00	-
	22.634.593,64	22.321.014,53	DIVIDENDO A PAGAR	375.862,03	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				399.509,82	-
INVESTIMENTO	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.235.083,82	21.974.509,77
Investimento C SSR	-	-	CAPITAL SOCIAL	1.000.000,00	1.000.000,00
Investimentos	-	-	Reserva Legal	934.400,00	934.400,00
	-	-	Outras Reservas	4.196.575,65	4.196.575,65
TOTAL DO ATIVO	22.634.593,64	22.321.014,53	Reservas de Lucros	4.030.909,56	4.030.909,56
			Lucro Acumulado	12.073.198,61	11.812.624,56
			TOTAL DO PASSIVO	22.634.593,64	22.321.014,53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023(EM REAIS)

Descrição	Capital	Aval. Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucro Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2022	1.000.000,00	4.196.575,65	934.400,00	4.030.909,56	11.812.624,56	21.974.509,77
Distribuição de lucro	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	(1.024,19)	(1.024,19)
Reserva Lucro	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	260.574,05	260.574,05
Saldo em 31/12/2023	1.000.000,00	4.196.575,65	934.400,00	4.030.909,56	12.073.198,61	22.235.083,82

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	2023	2022
RECEITA		
LUCRO BRUTO	-	-
RECEITA FINANCEIRAS	-	-
Receitas Financeiras	488.659,44	385.919,44
Receitas de Participações	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	488.659,44	-
Despesas	228.085,39	527.415,97
RESULTADO OPERACIONAL	260.574,05	(141.496,53)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	260.574,05	(141.496,53)

RIO DE JANEIRO 31 DE MARÇO DE 2024

ALEXANDRE SOARES R. DA C.RATTO

DIRETOR FINANCEIRO

CPF/MF 016.719.197-77

CARLOS HENRIQUE RIBEIRO

CONTADOR

CRC/RJ 07186/70 - CPF/MF 624.433.137-00

HYUNDAI CONSTRUCTION EQUIPMENT BRASIL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 13.837.846/0001-22



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as regras contábeis aplicáveis elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes		52.604.852	57.937.448
Clientes e outras contas a receber		19.977.183	37.399.433
Estoques	1	289.060.378	468.788.831
Tributos a recuperar	2	183.626.760	201.660.912
		545.269.173	765.786.624
Não Circulante			
Tributos a recuperar		142.255.151	114.667.624
Outras contas a receber		33.861.051	23.651.003
Imobilizado, Intangível e Direito de uso		192.594.144	178.788.928
		368.710.346	317.107.555
		913.979.519	1.082.894.179
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	3	327.961.465	513.504.068
Empréstimos e financiamentos	4	123.030.525	163.514.663
Outras contas a pagar		19.774.489	27.450.157
		470.766.489	704.468.881
Não Circulante			
Outras provisões		47.339.927	36.228.861
		47.339.927	36.228.861
Capital social			
Prejuízos acumulados		922.203.787	922.203.787
		(526.330.684)	(580.007.357)
		395.873.103	342.196.430
		913.979.519	1.082.894.179

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 - Estoques

	2023	2022
Mercadorias para revenda	54.073.355	60.643.236
Matéria prima	137.437.862	250.525.107
Produtos acabados	42.193.302	75.748.723
Produtos em elaboração	25.707.601	35.370.487
Importações em andamento	42.782.548	48.319.977
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	(13.134.290)	(1.818.699)
	289.060.378	468.788.831

Os materiais em estoques estão compostos por mercadorias para vendas e revendas, partes e peças para montagem de máquinas. A Companhia controla seus estoques via sistema ERP. Do confronto dos registros contábeis com o cotejamento físico foram identificadas diferenças, cujos valores resultaram em ajustes nas contas de resultado. Nos últimos anos a Companhia vem implementando melhorias em seus processos de gerenciamento de estoques, monitorando níveis dos estoques, previsão de demandas e otimização do reabastecimento, sempre com objetivo de manter um estoque eficiente e preciso. Como resultado, houve redução de estoque em relação a 2022, principalmente de matéria-prima.

2 - Tributos a Recuperar

	2023	2022
ICMS a recuperar	26.889.328	116.048.394
IPI a recuperar	1.284.742	5.730.653
PIS a recuperar	28.531.031	32.075.057
COFINS a recuperar	122.779.962	140.907.587
IRPJ e CSLL	3.948.754	4.912.865
Outros tributos a recuperar	192.943	353.138
	183.626.760	201.660.912

Diretores:
Daecheol Jeong; Myung Hwan Lee; Dongyoung Lee;
Soon Tae Kim; Jong Jin Park; Joonyul Seo;

	2023	2022
HD Hyundai Construction Equipment Co., Ltd.	306.941.640	477.113.311
Hyundai (Jiangsu) Construction Machinery Co., Ltd.	1.077.097	824.080
HD Hyundai Xitesolution Co., Ltd.	9.731.753	-
HD Hyundai Heavy Industries Holdings Co., Ltd.	304.707	-
Hyundai Core Motion Co. Ltd.	-	289.045
Partes relacionadas no exterior	318.055.197	478.226.436
Fornecedores exterior	1.233.684	3.075.581
Fornecedores nacionais	8.672.584	32.202.051
	327.961.465	513.504.068

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se às importações de máquinas e não ligadas estando atualizadas pela variação cambial até a data do balanço.

4 - Empréstimos e financiamentos

	Ano de vencimento	Valor Contábil		
	Taxa de Juros	2023	2022	
(1) Banco Itaú S.A.	7,71% (average)	2024	7.518.115	9.135.601
(2) Banco Itaú S.A.	8,02% (average)	2024	19.675.818	23.852.977
(3) Banco Itaú S.A.	8,02% (average)	2024	25.097.981	30.013.468
(4) Banco do Brasil S.A.	7,4% ~ 7,95%	2024	2.931.052	5.253.093
(5) Banco do Brasil S.A.	7,40%	2024	-	22.194.621
(6) Woori Bank S.A.	2,30% + SOFR 3M	2024	4.388.773	4.729.735
(7) Woori Bank S.A.	2,00% + SOFR 3M	2024	9.716.372	10.470.875
(8) Banco KDB do Brasil S.A.	2,25% + SOFR 3M	2024	38.771.336	41.791.261
(9) Banco Keb Hana do Brasil S.A.	1,90% +SOFR 3M	2024	14.931.078	16.073.032
			123.030.525	163.514.663

Ja Young Ha; Eun Soo Kim; Kyong Min Kim;
Sung Hyuk Lee; Juyoung Lee; Jin Ho Suk; Junghoon Jang;
Yoon Suk Baek; Jinhwan Chung.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. Itaitiaia - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

possibilitem melhor tomada de decisão. c) **Estoques.** Estão representados por mercadorias destinados à venda e revenda avaliados pelo respectivo custo médio de aquisição ou produção, deduzida de provisão para obsolescência e de perdas de estoques que não supera o valor de mercado. O valor realizável líquido dos estoques é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados em análises de aging e perdas com materiais obsoletos. As importações em andamento estão demonstradas ao custo de cada importação que não supera o valor de mercado. d) **Tributos a recuperar.** Estão representados por créditos tributários referentes a impostos das compras de mercadorias, os quais serão compensados com obrigações fiscais futuras e retenção na fonte de aplicações financeiras. A Companhia possui controles que lhe possibilitam avaliar que haverá a recuperação dos créditos, seja via apuração normal, compensação ou ressarcimento.

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2024

BKS Auditores Independentes

CRC-RJ-2026-O

Mário Vieira Lopes - Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Serafim Fernando S. Pinto - Contador - CRC-RJ 041909/O-6

Nota**PRTB DE MARÇAL ENTRA COM AÇÃO CONTRA RICARDO NUNES**

O Partido Renovador Trabalhista (PRTB) entrou na Justiça Eleitoral quarta-feira, contra o atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) e o secretário especial de Comunicação da cidade, Marcello Antônio D'Angelo, solicitando a retirada de peças publicitárias do site da prefeitura. A sigla, a qual pertence a ação ao pré-candidato ao pleito paulistano Pablo Marçal, baseia a ação na lei eleitoral que estabelece diretrizes para disputa igualitária entre os candidatos. A norma determina que três meses antes das eleições não é mais permitida a divulgação de ações realizadas pela administração pública nos canais oficiais. O prazo de liberação para propaganda acabou no último sábado. Os advogados Gustavo Guedes, Thiago Boverio e Silvio Garrido alegam que o site da prefeitura de São Paulo continuou a divulgação de programas criados por Nunes como o Creche 100%, o São Paulo Capital Verde, o Pode Entrar, o Asfalto Novo Sampa Nova e o Domingo Tarifa Zero.

 VENDAS DE SENTENÇAS

Desembargador tem pressa em esclarecer 'churrascada'

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

O desembargador Ivo de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pediu à Polícia Federal que marque data para seu depoimento nos autos da Operação Churrascada - investigação que põe o magistrado sob suspeita de ligação com esquema de venda de sentenças. Ele alega que já se passaram mais de 20 dias desde a deflagração da operação e ainda não foi ouvido.

A petição, subscrita pelos advogados que representam Ivo

os criminalistas Átila Machado e Luiz Augusto Sartori de Castro - é endereçada à Delegacia de Repressão à Corrupção e a Crimes Financeiros, braço da PF.

Aos 66 anos, desde 1987 na carreira, Ivo de Almeida é presidente afastado da 1ª Câmara de Direito Criminal do TJ. Seu afastamento do cargo, por um ano, foi decretado pelo ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça.

A Operação Churrascada fez buscas no gabinete e na residência do desembargador. Os agentes apreenderam celulares, computador e R\$ 170 mil

em espécie.

As suspeitas indicam que Ivo teria mantido 'rachadinha' com funcionários da Câmara Criminal e até acertado receber R\$ 1 milhão para favorecer um aliado de Fernandinho Beira Mar, narcotraficante que está preso sob segurança máxima.

O ajuste não foi concretizado, segundo os investigadores, porque haveria necessidade de corromper pelo menos mais um desembargador.

Os advogados Átila Machado e Luiz Augusto Sartori de Castro informaram que ainda não tiveram acesso aos autos da Opera-

ção Churrascada. Eles destacam na petição à PF que o desembargador 'elucidará todos os fatos, rechaçando qualquer pecha de ilicitude que possa recair sobre sua conduta'.

Ao *Estadão*, os criminalistas sustentam que Ivo de Almeida jamais participou de venda de sentenças e que todas as suspeitas são improcedentes. "Isso ficará amplamente provado. Ivo de Almeida é um desembargador correto, inocente, um homem de bem. Quando ele for ouvido todas as suspeitas serão eliminadas", afirma Átila Machado.

LEP

OAB discute, em São Paulo, 40 anos da Lei de Execução Penal

A Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP), por meio da Comissão de Política Criminal e Penitenciária, realiza o evento "40 anos da Lei de Execução Penal (LEP): avanços e retrocessos". A lei completa 40 anos em 2024. A meta é discutir, com a participação de desembargadores do Tribunal de Justiça, Poder Executivo e organizações da sociedade civil, os avanços e retrocessos da lei e impactos das atuais propostas parlamentares.

Entre os temas a serem debatidos figuram O papel dos Conselhos da Comunidade para a integral aplicação da LEP; Sistema progressivo e seus desdobramentos; Códigos Penitenciários Estaduais; Exibição do documentário Palavra Presa; Colapso do sistema penitenciário nacional; Direitos Humanos e a dignidade da pessoa presa; Exame Criminológico; Medidas de Segurança e política antimanico-

mial; e Política Criminal e seus impactos na execução da pena.

Segundo a OAB-SP, o sistema carcerário do Brasil tem sido alvo de discussões no campo político e de iniciativas legislativas que impactam diretamente as pessoas privadas de liberdade e a sociedade, porque o país tem a terceira maior população prisional do mundo (849.860 pessoas cumprem penas).

"Saída temporária, fechamento de hospitais de custódia e psiquiátricos e aplicação de exames criminológicos para a progressão de pena são alguns dos assuntos que têm polarizado opiniões", informou a OAB/SP.

LEGISLAÇÃO

O doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor pelas Universidades de Coimbra e Salamanca, Alexis Couto de Brito, ressaltou que o Brasil tem uma lei e

uma história de execução penal muito nova, considerando que o mundo começou a se preocupar com legislação sobre o tema no final do século XIX e a lei brasileira é do fim do século XX.

"Nós perdemos muito tempo e, para que (o país) não ficasse sem qualquer tipo de regulamentação específica, colocamos ali no final do Código de Processo Penal um último livro que falava da execução, mas nitidamente não era um tema que agradasse na época, por isso ensaiamos uma lei de execução penal por muito tempo que pudesse dar esse tom. Naquele momento foi uma lei garantista e é assim que quase todo mundo conhece essa lei", afirmou.

Para ele, ao longo dos últimos 40 anos, o país caminhou para trás e, nesse período, a lei de execução penal poderia ter sido melhorada, já que, em 1984, não havia muita experiência com o tema, porque a lei foi

baseada em um projeto de 1970 e muita coisa que havia ali fazia referência a um sistema do código de 1940.

"A prioridade daquela comissão de 84 era a reforma da parte geral do Código Penal e, por tabela, parte especial. O projeto da parte especial nunca saiu da gaveta, mas a parte geral saiu. Porém, a oportunidade era tão boa que o comandante dessa oportunidade achou que aquele era o momento de fazer também uma lei da execução penal", argumentou Brito.

Ele destacou ainda que a função da execução penal é garantir os direitos não retirados pela sentença, sendo essa a primeira missão do juiz de execução penal. Ou seja, como um juiz lealista e garantista, ele está na posição de executar a pena do réu e não prejudicá-lo nos demais direitos que ele tem e que não foram tolhidos pela execução da pena.

DOENÇA

Sintomas e prevenção da coqueluche que atinge SP

BÁRBARA GIOVANI/AE

Até o dia 22 de junho, o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do Estado de São Paulo registrou 178 casos de coqueluche. Em apenas seis meses deste ano, o número é três vezes maior do que o registrado no ano passado inteiro, quando 52 casos da doença foram notificados no Estado. Segundo o CVE, nenhuma morte foi registrada.

A crescente de casos em São Paulo segue a tendência de aumento na prevalência da doença no mundo e preocupa especialmente a Europa por causa da alta concentração de visitantes que o continente vai receber por causa das Olimpíadas. Dezesete países da Europa e a China tiveram aumento de infecções neste ano.

Em maio, o Centro Europeu de Controle e Prevenção das Doenças (ECDC, na sigla em inglês) alertou que o continente registrou 32 mil casos de coqueluche apenas nos três primeiros meses de 2024, superando o total de registros de 2023 inteiro, que foi de 25 mil casos. Na China, foram notificados 32.380 casos e 13 óbitos por coqueluche até fevereiro. Dessa forma, o Ministério da Saúde publicou uma nova nota técnica em junho alertando para a situação da doença no mundo, que pode se repetir no Brasil.

Causada pela bactéria *Bordetella Pertussis* e conhecida também como tosse comprida, a co-

queluche é uma infecção respiratória que, na primeira fase da doença, tem sintomas muito semelhantes aos da gripe, o que dificulta o diagnóstico logo de início. Ela é transmitida pelo contato com secreções de uma pessoa contaminada, seja em objetos infectados ou por gotículas dissemínadas na fala e na tosse.

Vale lembrar que a coqueluche é uma infecção prevenível por meio da vacinação. Com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris se aproximando e a agência de saúde francesa Santé Publique confirmando uma situação epidêmica estabelecida da doença na França, o Ministério da Saúde brasileiro emitiu nova nota técnica orientando que atletas e delegações atualizem as vacinas necessárias antes de viajar. Entre os imunizantes destacados para adultos não vacinados anteriormente, está o DTP (difteria, tétano e pertussis ou coqueluche).

SURTOS

A infecção nunca foi erradicada e, em momentos de maior vulnerabilidade da população, ela reaparece. O último surto no Brasil foi em 2014, quando o País registrou 8.614 casos e o Estado de São Paulo teve 2.216 casos confirmados.

Segundo Raquel Stucchi, infectologista da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os surtos acontecem quando há

baixa cobertura vacinal.

A vacinação contra a coqueluche é feita com o imunizante pentavalente, com aplicação gratuita pelo SUS aos 2, 4 e 6 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses. Segundo a Secretaria da Saúde de SP, a cobertura vacinal da pentavalente neste ano alcançou 71,2%, abaixo da meta de 95%. Os

Além da queda na cobertura vacinal, a alta transmissibilidade da doença também contribui com a facilidade da coqueluche se espalhar - cada pessoa contaminada pode contaminar cerca de 10 a 15 outros indivíduos, segundo Raquel. Junto a esses fatores, está também a confusão dos sintomas de tosse comprida e outras infecções respiratórias, como a gripe e a covid-19.

"Algumas pessoas podem ter um quadro menos típico, não tão grave da coqueluche. São pessoas que ficam tossindo muito tempo, muitas vezes mais de duas semanas. Não percebem, não sabem o diagnóstico, mas elas ficam transmitindo", explica a infectologista.

BEBÊS

Nesse cenário, há grupos que estão mais vulneráveis a manifestações graves se forem contaminados pela bactéria da coqueluche: os bebês são o público de maior risco, mas idosos, gestantes e pessoas com comorbidades também são vulneráveis a quadros mais graves.

No geral, bebês com menos

de um ano, especialmente aqueles com até seis meses, podem apresentar complicações como desidratação, pneumonia, convulsões e lesão cerebral. Nesse público, a coqueluche pode levar à morte.

SINTOMAS EM 3 FASES

O quadro típico da coqueluche pode ser dividido em três fases. Na primeira, chamada de fase catarral, a pessoa apresenta tosse leve e bastante coriza. Nessa etapa, o paciente também pode ter febre e mal-estar. Como todos esses sinais são muito semelhantes aos da gripe, o diagnóstico nessa fase é difícil até mesmo para profissionais da saúde.

Ao mesmo tempo, a fase catarral é especialmente transmissível. Por isso, Raquel aconselha o uso de máscara caso uma pessoa perceba qualquer sintoma respiratório. "Não importa se eu acho que é de alergia, se é só um resfriado. Use máscara. Se eu tiver com alguma dessas doenças, a máscara impede que eu transmita", alerta. Esse cuidado deve ser dobrado em ambientes fechados e em contato com crianças, idosos, gestantes e pessoas com comorbidades.

A segunda fase da coqueluche é marcada por tosse persistente e seca, que dura mais de dez dias. Ao identificar esse padrão, é preciso buscar atendimento médico para confirmar o diagnóstico.

Por fim, a terceira fase da doença continua tendo a tosse como sintoma, mas dessa vez, há um diferencial. Na tosse paroxística, uma pessoa tem a necessidade súbita de tossir e faz isso diversas vezes em sequência, o que leva à falta de ar. Chamado de guincho inspiratório, há um som específico após o final da crise de tosse, que pode levar ao vômito ou engasgo.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 40ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 40ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado na edição do jornal Diário do Acionista em versão digital no dia 11/07/2024 e, em versão impressa, na mesma data, na página 04, bem como no site da Emissora (www.canalsecuritizadora.com.br) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados, em primeira convocação, os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 40ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 40ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia **01 de agosto de 2024, às 15 (quinze) horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Autorizar a realização de amortização extraordinária dos CRA, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em até 30 dias contados da deliberação em assembleia ("Amortização Extraordinária") com a utilização dos recursos disponíveis na conta vinculada; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorizar que após implementada a amortização extraordinária do montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), seja realizada a liberação e baixa do Instrumento Particular de Contrato de Franquia e Outros Pactos nº 1459274, celebrado pelo Banco Safra S.A. com vigência a partir de 27/03/2024 a 27/03/2025, (iii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário, a Emitente, Avalistas, quaisquer terceiros garantidores e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@comcmco.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA BANDEIRANTES", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. **quando pessoa física**: cópia digitalizada de identidade com foto; b. **quando pessoa jurídica**: (i) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. **quando Fundos de Investimentos**: (i) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. **quando representado por procurador**: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 12 de julho de 2024. **Amanda Regina Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 104ª EMISSÃO EM 2ª SÉRIE DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 104ª EMISSÃO EM 2ª SÉRIE DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado na edição do jornal Diário do Acionista em versão digital nos dias 02, 03 e 04 de julho e, em versão impressa, nas mesmas datas, na página 04, bem como no site da Emissora (www.canalsecuritizadora.com.br) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (Duas) Séries, da Canal Companhia de Securitização, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares de CRA", sendo os CRA da primeira série "CRI Primeira Série", os CRA da segunda série "CRI Segunda Série" e, quando em conjunto "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (Duas) Séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização em Créditos Imobiliários Davidos pela Companhia Imobiliária de Brasília Terracap", celebrado em 21 de maio de 2024 ("Termo de Securitização"), conforme aditado em 28 de maio de 2024, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares de CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 18 de julho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) o distrato parcial da Cessão Fiduciária mediante a exclusão dos créditos indicados no Anexo A ao presente Edital ("Novos Créditos Imobiliários"), mediante a alteração do Anexo III ao "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" e do Anexo VI ao "Termo da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 2 (Duas) Séries, com Garantia Real, para Colocação Privada, Companhia Imobiliária de Brasília Terracap" ("Escrituras Públicas de Compra e Venda Distratadas"); (ii) a cessão definitiva, pela Emitente à Emissora, dos Novos Créditos Imobiliários e a emissão de uma cédula de crédito imobiliário integral, sem garantia real, sob a forma escritural para representar os Novos Créditos Imobiliários ("Nova CCI"), (iii) a criação de uma terceira série dos CRI, mediante a vinculação dos Novos Créditos Imobiliários, representados pela Nova CCI cujas características estão descritas no Anexo B abaixo ("Nova Série"), a qual integrará o patrimônio separado, sendo que os Novos Créditos Imobiliários e a Nova Série integrarão a definição das Obrigações Garantidas (previstas nos Documentos da Operação) e compartilhará das mesmas Garantias outorgadas; (iv) a alteração das Despesas em razão da emissão Nova Série, conforme Anexo C abaixo, mediante a alteração do Anexo III ao Termo de Emissão; (v) a autorização para que a Emissora, em conjunto com a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), tomem todas e quaisquer medidas necessárias para a criação da Nova Série, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos instrumentos necessários, ao aditamento dos Documentos da Operação, bem como qualquer ato necessário perante a CVM e a B3. A convocação da Assembleia Especial de Titulares de CRI será disponibilizada, por meio do sistema de envio de Informações Periódicas Eventuais da CVM e veiculada na página da Securitizadora na rede mundial de computadores - Internet (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), na forma do artigo 26, do parágrafo 5º, do artigo 44, do artigo 45, do inciso IV, alínea "b" do artigo 52, do artigo 53 do artigo 52 da Resolução CVM 60 e qualquer parágrafo 3º do artigo 30 da Lei nº 14.430. A Emissora avisará o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação na mesma data da sua ocorrência. Na mesma data da publicação deste Edital, este será (a) encaminhado pela Emissora, na forma do artigo 26 da Resolução CVM 60, aos Titulares de CRI e/ou aos custodiantes do respectivo Titular de CRI, por meio de comunicação eletrônica (e-mail), cujas comprovações de envio e recebimento valerão como ciência da publicação, observado que a Emissora considerará os endereços de e-mail dos Titulares de CRI, conforme informado pela B3 e/ou pelo Escriturador dos CRI e (b) encaminhados ao Agente Fiduciário. A Assembleia de Titulares de CRI não foi instalada em primeira convocação em razão do não comparecimento de Titulares de CRI que representassem, 2/3 (dois terços) do valor global dos títulos, conforme disposto na Cláusula 10.7 do Termo de Securitização e no artigo 28 da Resolução CVM 60. A Assembleia de Titulares de CRI instalar-se-á em segunda convocação independentemente da quantidade de beneficiários, conforme disposto na Cláusula 10.7 do Termo de Securitização e no artigo 28 da Resolução CVM 60. Adicionalmente, as deliberações em Assembleia de Titulares de CRI serão tomadas pelos votos favoráveis, em segunda convocação, por Titulares de CRI que representem a maioria dos Títulos de CRI presentes na respectiva assembleia, observado o disposto na Cláusula 11.1 do Termo de Securitização. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@canalsecuritizadora.com.br e afassembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação CRI, da 104ª Emissão, em 2ª Série, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação" (a) participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular de CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) demais participantes: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares de CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos juridico@canalsecuritizadora.com.br e afassembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (<https://www.canalsecuritizadora.com.br/>) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular de CRI com as(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas da operação, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. O ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. As instruções de voto enviadas para a assembleia convocada nos termos da edição do jornal Diário do Acionista em versão digital nos dias 02, 03 e 04 de julho e, em versão impressa, nas mesmas datas, na página 04, bem como no site da Emissora (www.canalsecuritizadora.com.br) e no sistema fundos.net serão consideradas válidas para a Assembleia do dia 19/07/2024, uma vez que não houve alteração na Ordem do Dia. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular de CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular de CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização. São Paulo, 10 de julho de 2024. **Amanda Regina Martins Ribeiro** - Diretora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Amanda Martins Ribeiro - Diretora

ANEXO A
ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA DISTRATADAS
(Disponível no site da Emissora <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560>)

ANEXO B
CARACTERÍSTICAS NOVA SÉRIE
(Disponível no site da Emissora <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560>)

ANEXO C
(Disponível no site da Emissora <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560>)

ÚLTIMA MILHA

Bolsonaro tentou plano anular inquérito das 'rachadinhas'

PEPITA ORTEGA/AE

Com o avanço das investigações da Operação Última Milha, a Polícia Federal encontrou um áudio de uma reunião em que o ex-presidente Jair Bolsonaro, o general Augusto Heleno (então chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual a Abin é subordinada) e o ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem discutem um plano para anular o inquérito das rachadinhas - investigação que fechou o cerco ao senador Flávio Bolsonaro, filho 01 do ex-chefe do Executivo.

A gravação remonta a um encontro realizado em agosto de 2020, também com a participação da advogada de Flávio. A conversa citou os auditores da Receita responsáveis pelo relatório de inteligência fiscal que baseou a investigação do caso Queiroz - revelado pelo Estadão.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, Ramagem diz, no áudio, que "seria necessária a instauração de um procedimento administrativo contra os auditores da Receita, com o objetivo de anular a investigação, bem como a retirada de alguns auditores de seus respectivos cargos".

O áudio tem mais de uma hora de duração. A reunião teria sido gravada pelo próprio Ramagem.

Na representação de 187 páginas pela abertura da quarta fase da Última Milha, a PF diz que Ramagem teria determinado o monitoramento dos três auditores fiscais autores do RIF.

A ação clandestina era "urgente" e foi determinada "seguindo o modus operandi da organização criminosa para descobrir 'podres e relações políticas' dos auditores", segundo a PF.

O levantamento ilegal deveria ser "jogado num word so-

mente", o que, segundo os investigadores, revela o caráter de extra-oficialidade da ação.

A PF encontrou os diálogos em que o agente de Polícia Federal Marcelo Araújo Bormevet e o militar Giancarlo Gomes Rodrigues - integrantes do Centro de Inteligência Nacional (CIN) da Abin e auxiliares de Ramagem - tratam das pesquisas envolvendo ao auditores da Receita.

Segundo a PF, as diligências foram realizadas em novembro de 2020. Os achados foram repassados a Ramagem em dezembro daquele ano.

MINUTA DE GOLPE

Ao menos dois dos investigados presos ontem na Operação Última Milha tinham conhecimento sobre a existência de uma minuta de decreto para promover um golpe de Estado, que poderia ser assinada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Última Milha, tocada pela

Polícia Federal (PF), apura uma suposta estrutura paralela de espionagem montada na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que teria como objetivo monitorar ilegalmente adversários pessoais e políticos do clã Bolsonaro.

A "minuta do golpe" é alvo de um outro inquérito, que tem como alvo o ex-presidente Jair Bolsonaro e assessores próximos. As duas investigações tramitam sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das bases da investigação sobre a Abin paralela são os diálogos mantidos entre o militar Giancarlo Gomes Rodrigues e seu superior, o policial federal Marcelo Araújo Bormevet. Os dois eram os responsáveis por operar diretamente o programa First Mile, adquirido pela Abin e capaz de monitorar o posicionamento geográfico de aparelhos celulares sem ser detectado pelo sistema de telefonia.

Abin paralela monitorou Moraes, Toffoli, Barroso, Fux, Lira, Maia e jornalistas

PEPITA ORTEGA/AE

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Jair Bolsonaro monitorou ilegalmente, segundo a Polícia Federal, ao menos quatro ministros do Supremo Tribunal Federal, quatro deputados federais, quatro senadores, um ex-governador, dois servidores do Ibama, três auditores da Receita e qua-

tro jornalistas. A lista foi descoberta pelos investigadores da Operação Última Milha, que teve sua quarta fase aberta ontem. Foram presos quatro auxiliares do ex-chefe da Abin Alexandre Ramagem e integrantes do chamado 'gabinete do ódio'.

Segundo a PF foram monitorados:

- Poder Judiciário: ministros

Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, todos do Supremo Tribunal Federal.

- Poder Legislativo: deputados Arthur Lira, presidente da Câmara, Rodrigo Maia (então presidente da Câmara), Kim Kataguiri e Joice Hasselmann; senadores Alessandro Vieira, Omar Aziz, Renan Calheiros e Randolfe Rodrigues.

- Poder Executivo: ex-governador de São Paulo, João Dória, servidores do Ibama Hugo Ferreira Netto Loss e Roberto Cabral Borges, auditores da Receita Cristiano José Paes Leme Botelho, Cleber Homem da Silva e José Pereira de Barros Neto.

- Jornalistas: Mônica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira e Pedro Cesar Batista.

Abin Paralela buscou 'podres' de aliados de Jair Renan e citou até extorsão

PEPITA ORTEGA/AE

Segundo a Polícia Federal, a 'Abin Paralela' fez ações clandestinas sobre todos os principais alvos do inquérito que mirou o filho 04 do ex-presidente Jair Bolsonaro, Jair Renan, por suposto tráfico de influência. Os integrantes da equipe de arapongagem chegaram a afirmar que o sistema First Mile - que rastreia a localização de celulares - estava "fazendo falta" para poder monitorar Allan Lucena, ex-sócio de Jair Renan.

A atuação da 'Abin Paralela' no inquérito que mirou Jair Renan - hoje arquivado - levou a Polícia Federal a concluir que a esquema de espionagem não só envolvia o desvio de funções da Agência Brasileira de Inteligência, mas também a 'omissão' do órgão em cumprir o seu dever institucional. Isso porque, segundo a PF, a estrutura paralela jun-

tou informações sobre os aliados de Jair Renan que não eram de conhecimento dos investigadores que conduziam o inquérito sobre tráfico de influência.

A avaliação da PF sobre a 'Abin Paralela' e o caso Jair Renan se dá a partir dos diálogos mantidos entre o agente Marcelo Araújo Bormevet e o militar Giancarlo Gomes Rodrigues, que atuavam no Centro de Inteligência Nacional da Agência Brasileira de Inteligência sob o comando de Alexandre Ramagem, hoje deputado federal.

Segundo a Polícia Federal, a "lamúria" sobre o First Mile ocorreu durante ação clandestina que "culminou na interferência da investigação" sobre Jair Renan. Giancarlo foi quem reclamou da falta do sistema e explicou o que faria se tivesse acesso ao mesmo. "Colocava para monitorar o dia inteiro e preferencialmente a noite e aí saberíamos

os passos dele".

Os diálogos mostram ainda que as diligências envolvendo Jair Renan partiram do '01', segundo Bormevet. Ele pediu a Giancarlo que verificasse quais carros estavam em nome do filho 04 do presidente e também em nome de sua mãe. Uma das suspeitas do inquérito sobre o possível tráfico de influência por parte de Jair Renan envolvia a informação de que ele teria ganhado um veículo de outro investigado.

Além do ex-sócio de Jair Renan, a Abin Paralela monitorou o empresário Luiz Felipe Belmonte, que chegou a ser alvo de busca e apreensão no inquérito das milícias digitais. Para tanto, foi seguido, segundo a PF, o modus operandi de "achar podres". Bormevet chegou a afirmar que "matérias normais" sobre o empresário ele já tinha. Giancarlo lhe respondeu: "Vamos sequestrar isso sim. Ou achado podres

vamos extorquir".

Segundo a PF, os agentes da Abin acabaram identificando "prontamente o relacionamento de Belmonte com atividade garimpeira em região sabidamente envolta em delitos desta ordem" No entanto, ainda de acordo com os investigadores da Última Milha, "não houve atuação da inteligência do Estado para amparar a decisão estratégica do gestor, no caso o ex-presidente Jair Bolsonaro".

A corporação viu omissão da ação de inteligência legítima e correlacionou a mesma à informação de que Belmonte "teria atuado junto ao Palácio do Planalto" para obtenção do "decreto para regulamentar à cata, faiscagem e garimpagem em terras indígenas" Segundo tal documento, o empresário "foi supostamente o responsável de fato pela preparação do decreto de garimpo em terras indígenas".

sinato da vereadora ocorreu para "antecipar eventuais referências que vinculassem o núcleo político" do esquema ilegal do monitoramento na Abin, ou seja, saber se a família Bolsonaro teria sido citada na investigação.

Os investigadores ainda acrescentaram que o relatório das diligências ilegais foi impresso por Alexandre Ramagem, então diretor da Abin, e atual deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro.

"O resumo das denúncias relacionadas ao caso Marielle foi impresso pelo delegado Alexandre Ramagem enquanto diretor da Abin. A impressão de documentos e informações se presta para que informações da inteligência pudessem ser levadas aos destinatários, em regra integrantes do núcleo político", concluiu a investigação.

PEC DA ANISTIA

Câmara aprova em 1º turno perdão para multas de partidos

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia, que pode ser a quarta na história. Os partidos elaboraram um texto que visa conceder um autoperdão a siglas que cometeram infrações eleitorais como descumprimento de cotas para mulheres e pessoas pretas. Legendas que vão do PT ao PL apoiam a medida - organizações da sociedade civil seria uma "inaceitável irresponsabilidade" do Congresso Nacional aprovar a PEC.

A votação ocorreu ontem, após sucessivos recuos da Câmara, receosa do desgaste à imagem que a proposta causaria aos parlamentares. O relatório final sequer foi votado em comissão especial, passo anterior da votação em plenário.

No último episódio, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), disse que apenas votaria a matéria com o apoio de todas as siglas. O PT tinha apresentado discordâncias a tópicos do texto Segundo líderes, a votação apenas aconteceria com o aval de que o Senado tramitaria a proposição. Eles dizem que a anuência já foi dada e a proposta seguirá em discussão na Casa.

Depois de 344 votos favoráveis, 89 votos contrários e quatro abstenções, a votação agora irá para o segundo turno e então ir ao Senado. Para isso, é preciso que a PEC conte com pelo menos o apoio de 308 deputados. Apenas o PSOL e o Novo votaram contra a PEC. "Uma autoanistia não é defensável, não é adequada e desmoraliza o instituto partido político" disse Chico Alencar (PSOL-RJ). "Ela tira uma credibilidade, que já não é muito grande das organizações partidárias. É indefensável."

"O que estamos fazendo aqui é uma ampla e irrestrita anistia para partidos que não cumprem lei", afirmou Adriana Ventura (Novo-SP). "Os partidos recebem bilhões, fa-

zem as leis, não cumprem as leis e deixam para o povo pagar." Como mostrou o Estadão, 38 organizações ligadas à transparência e garantia de direitos eleitorais divulgaram uma nota pública na manhã desta quinta-feira, 11.

Elas apontam que a PEC, entre outras coisas, representa um estímulo à inadimplência e viabiliza partidos pagarem dívidas usando recursos de "origem não identificada", o que pode ser recurso de "caixa 2".

"Dessa forma, estaria autorizado utilizar recursos públicos inclusive para cumprir sanções pelo recebimento de recursos privados de origem não identificada, uma das formas do chamado 'caixa 2'", criticam as entidades.

O relator da PEC, Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), protocolou uma nova versão do texto pouco antes da votação. Oficialmente, é a sexta; em rascunho, foram mais de uma dezena de versões.

Essa anistia estabelece um prazo de até 15 anos para o pagamento de multas eleitorais, de cinco anos para obrigações previdenciárias e visa anular todas as sanções de natureza tributária aplicadas aos partidos políticos, apontam organizações ligadas à transparência partidária.

Se aprovado o atual texto, quaisquer sanções (mesmo as oriundas de processos administrativos e judiciais já transitados em julgado) que tenham duração superior a cinco anos serão anuladas Isso significa que partidos podem se livrar de sanções de natureza tributária simplesmente ignorando a dívida por mais de cinco anos.

A bancada negra articulou para alterar o texto e, para suavizar a repercussão negativa da anistia, Rodrigues incorporou no texto a obrigação de aplicação do dinheiro que deixou de ser aplicado para a cota racial em eleições anteriores para as próximas quatro eleições subsequentes, até 2032.

RIO POWER PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 13.266.225/0001-36 - NIRE: 33.300.297.049
Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária. O Diretor Eduardo Atsushi Takeiti, nos termos do arts. 123 e 124 §1º inciso I da Lei 6.404/76 e arts. 15 e 16 do Estatuto Social da Rio Power Participações S.A., convoca os senhores acionistas da empresa Rio Power Participações S.A. para a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, Bloco 2, Sala 321, Parte IX, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22631-455, no dia 22 de julho de 2024 às 10h30 para deliberarem a ordem do dia: (i) aprovação do aumento de capital social; e (ii) alteração e consolidação do estatuto social para alteração da cláusula do capital social. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia estão disponíveis desde o dia 12 de julho de 2024, na sede social da companhia, à disposição dos acionistas. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024. Diretor: Eduardo Atsushi Takeiti.

INSTITUTO CORRER PELA VIDA
CNPJ 15.034.585/0001-38
EDITAL DE CONVOCACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA-AGO.
Ficam convocados todos os associados para a AGO, a se realizar no dia 29 de Julho de 2024, onde o Diretor-Presidente do Instituto Correr Pela Vida, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais a reunirem-se na Ladeira Ari Barroso, nº 66 - Rua São Francisco, nº 5-C, Babilônia, Leme -RJ-CEP 22.010-06, em 1.a convocação às 9:00hs, com a presença mínima de 2/3 dos membros, em 2.a convocação às 10:00hs, com presença mínima de metade mais um, e em 3.a e última convocação às 11:00hs com presença mínima de 4 membros, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em AGO - I** - Eleição dos componentes para os órgãos da administração e Conselho Fiscal.
Rio de Janeiro, 12 de Julho de 2024.
Carlos Antônio Pereira - Presidente.

INSTALADORA NACIONAL S/A
CNPJ Nº 34.135.814/0001-55 - Nire: 3330010131-4
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024
1. **DATA, HORA E LOCAL:** 30 de abril de 2024, às 09:30 horas, em sua sede social, na Rua Madre Maria Victoria, nº 90, sala 701 a 703, parte, Niterói, Rio de Janeiro, RJ. 2. **MESA DIRETORA:** Vice-Presidente Corinne Coffin e Secretário, Russell Wid Coffin. 3. **CONVOCAÇÃO:** por avisos pessoais enviados a todos os senhores acionistas e diretores. 4. **QUORUM:** a totalidade do capital social com direito a voto. 5. **RESOLUÇÕES:** 5.1. Dispensa de leitura da Ordem do Dia, por ser de todos conhecida; 5.2. Eleita a Diretoria, com mandato de 30 de abril de 2024 até 29 de abril de 2026, assim composta: Presidente, RUSSELL WID COFFIN, brasileiro, casado, industrial, identidade Nº 03173259-7 do IFF/RJ., CPF Nº 341.130.457-04, residente e domiciliado na rua José Moreira da Silva Nº 341, Porto Novo, Saquarema-RJ., CEP 28991-272 e Vice Presidente CORINNE COFFIN, brasileira, solteira, industrial, identidade Nº 3359285 do IFF/RJ., CPF Nº 429.030.177-00, residente e domiciliada na Fazenda Ouro Verde, Macaé de Cima, 5º Distrito de Nova Friburgo-RJ., CEP 28600-000, permanecendo declarado vago o cargo de Diretor até a próxima AGO que venha a ser realizada. 5.2.1. Fixados os honorários globais da administração até o limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) anuais; 5.2.2. Neste ato os diretores eleitos tomam posse nos respectivos cargos, conforme termos de posse no Livro do Registro de Atas de Reunião da Diretoria da sociedade, que fica arquivado na sede da companhia, no qual declaram para todos os fins, não estarem impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada. Niterói, RJ, 30 de abril de 2024. (aa) Russell Wid Coffin e Corinne Coffin. Conforme o original, fielmente transcrita do Livro próprio. **Russell Wid Coffin** - Secretário da AGO. **JUCERJA:** Certifico o arquivamento em 29/05/2024 sob o nº 00006262053, Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.

Abin paralela monitorou informações sobre assassinato de Marielle Franco

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

A Polícia Federal (PF) concluiu que a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi usada durante o governo de Jair Bolsonaro para monitorar ilegalmente o andamento da investigação sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. A conclusão está no relatório de investigação do caso.

O sigilo da apuração foi retirado ontem por determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito.

De acordo com relatório de investigação do caso, agentes foram designados para buscar informações sobre a promotora do Ministério Público do Rio de Janeiro Simone Sibilio e o delegado da Polícia Civil do Rio Daniel Freitas da Rosa, que atuaram na investigação do homicídio.

As buscas foram feitas por dois policiais designados para a tarefa. De acordo com a quebra de sigilo autorizada pela Justiça durante as investigações, a PF descobriu que, em 2019, um dos policiais imprimiu o currículo da promotora.

Os investigadores também encontraram um arquivo eletrônico de texto com um "controle de denúncias" sobre o caso Marielle.

No arquivo, os agentes escreveram: "Caso Marielle, total de 292 denúncias. No ano de 2019, foram 72. Nenhuma informação da família Bolsonaro. Denúncia dos Brazão, 9. São 192 denúncias mencionando milicianos como autores. Na semana do homicídio, receberam 52 denúncias do caso".

Para a PF, o monitoramento das investigações sobre o assas-

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

TRT anuncia concurso para contratação de dezenas servidores

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ) vai realizar concurso público para cargos efetivos pertencentes ao quadro permanente de pessoal. A decisão, tomada por unanimidade pelo Órgão Especial do TRT, foi comunicada por meio da Resolução Administrativa 19/2024, publicada no *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho* na terça-feira passada.

O concurso terá validade de dois anos, a partir da homologação dos resultados, podendo ser prorrogado pela presidência do TRT-RJ por igual período.

A resolução se estendeu ainda à constituição do conselho deliberativo do concurso, que terá na presidência o desembargador Leonardo da Silveira Pacheco e, como suplente, o desembargador José Luis Campos Xavier. Além dos dois, farão parte do conselho a secretária da Escola Judicial, Marina Leite Ribeiro, e sua suplente, a coordenadora de Ensino e Pesquisas (Cepe), Letícia Moraes de Franca Oliveira, e a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Renata de Azevedo Amancio, e sua suplente, a coordenadora de Administração de Pessoal, Luciana Georgia Nogueira Pommot.

O TRT-RJ ainda não definiu a data de publicação do edital, que trará, entre outras informações, o número de vagas.

Segundo a Secretaria de Gestão de Pessoas, o concurso está em fase de contratação e que, por isso, não há como precisar quando será publicado o edital. "Quanto ao número de vagas e ao cadastro de reserva, informamos que eles somente serão divulgados no edital de abertura, haja vista que este (Tribunal) Regional ainda possui concurso vigente", informou a assessoria de imprensa do TRT-RJ em resposta à *Agência Brasil*.

De acordo com o TRT-RJ, o salário para as vagas de técnico judiciário será de R\$ 9.922,75, com R\$ 3.554,02 de vencimento básico, R\$ 4.975,63 de gratificação por atividade jurídica e R\$ 1.393,10 de auxílio-alimentação. Para técnico judiciário (Polícia Judicial), o salário será de R\$ 11.166,66, com R\$ 3.554,02 de vencimento básico, R\$ 4.975,63 de gratificação por atividade jurídica, R\$ 1.243,91 de gratificação de atividades de segurança e

R\$ 1.393,10 de auxílio-alimentação.

Para analistas judiciários, o salário será de R\$ 15.387,88, com vencimento básico de R\$ 5.831,16, gratificação por atividade jurídica de R\$ 8.163,62 e R\$ 1.393,10 de auxílio-alimentação.

CARGOS

O concurso oferecerá os seguintes:

- Analista Judiciário - Área Judiciária;
- Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal;
- Analista Judiciário - Área Administrativa - Especialidade: Contabilidade;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Arquivologia;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Biblioteconomia;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Enfermagem;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Engenharia Civil;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Engenharia Elétrica;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Engenharia Mecânica;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Estatística;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Medicina;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Medicina Cardiológica;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Medicina do Trabalho;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Medicina Psiquiatria;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Psicologia;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Serviço Social;
- Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Tecnologia da Informação;
- Técnico Judiciário - Área Administrativa;
- Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial;
- Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade: Enfermagem.

ELEIÇÕES EUA

Cresce apelo de democratas para que Biden deixe disputa

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e sua equipe lutavam para impedir que uma série de deserções democratas se transformasse em um motim ontem.

Mais democratas romperam com o mandatário de 81 anos, após um debate e aparições públicas que não tranquilizaram os eleitores e colegas preocupados sobre a sua aptidão para a campanha presidencial ou um segundo mandato.

A deputada Hillary Scholten,

de Michigan, que tenta reeleição, tornou-se o décimo membro da Câmara a dizer que Biden deveria renunciar. "Pelo bem da nossa democracia, ele deve passar a tocha a um novo candidato para as eleições de 2024", disse.

Outros democratas foram mais moderados. "Quero que ele faça o que acha que é melhor para ele e para o nosso país", disse a deputada Bonnie Watson Coleman, de Nova Jersey.

O deputado Colin Allred, candidato a uma vaga no Senado do

Texas, disse que não daria uma entrevista sobre Biden.

"Estou com Biden, não importa qual seja sua decisão... estou com ele", disse o deputado Jim Clyburn, da Carolina do Sul, que ajudou a salvar a campanha de Biden em 2020.

Os principais assessores de campanha admitiram em um memorando de quinta-feira que o debate foi um "revés", mas disseram que as pesquisas internas e externas ainda mostram uma disputa acirrada nos principais esta-

dos-chave. Na quarta-feira, o senador Peter Welch, de Vermont, tornou-se o primeiro representante democrata no Senado a dizer publicamente que Biden deveria sair da disputa.

O ator George Clooney - que ajudou a organizar uma grande arrecadação de fundos para o presidente no mês passado - escreveu no *New York Times* que Biden deveria desistir da corrida para dar aos democratas uma chance de derrotar o republicano Donald Trump.

UCRÂNIA

Otan: China é um 'facilitador decisivo' da Rússia em invasão

RICARDO LEOPOLDO/AE

Em comunicado, a Otan apontou que a China é um "facilitador decisivo" da Rússia na invasão à Ucrânia. O encerramento da reunião da Organização do Tratado do Atlântico Norte ocorreu ontem, em Washington teve como principais pontos da agenda a reunião dos chefes de Estado dos países membros, com a participação do presidente dos EUA, Joe Biden, e a entrevista coletiva do secretário-geral, Jens Stoltenberg.

O encontro da Otan ocorre

em um contexto no qual a organização concordou em lançar um novo programa para prover ajuda militar e treinamento à Ucrânia e colaborar para que o país possa participar da aliança. O plano vai complementar a colaboração de 50 países à Ucrânia para ter acesso a armamentos e treinar oficiais para enfrentar a invasão das tropas russas, iniciada em 22 de fevereiro de 2022. O atraso do Congresso dos EUA para financiar o fornecimento de equipamentos militares ao país presidido por Volodymyr Zelenskyy permitiu o

avanço das tropas de Moscou no território ucraniano.

Nos últimos dois anos, o conjunto de países criado pelos EUA para apoiar a defesa da Ucrânia contra a invasão da Rússia dedicou US\$ 100 bilhões em equipamentos, armamentos e treinamento, sendo que somente o governo americano colaborou com US\$ 53,6 bilhões. A Organização do Tratado do Atlântico Norte promete ajudar com mais US\$ 43,3 bilhões o país europeu nos próximos 12 meses.

Os 32 países que formam a Otan apontaram que a Ucrânia

está em um caminho "irreversível" para se tornar membro da organização, mas tal fato só deve ocorrer após o fim da guerra com o exército comandado pelo presidente russo, Vladimir Putin.

O ex-presidente dos EUA, Donald Trump, tornou-se um dos temas das conversas nos bastidores do encontro em Washington, especialmente para líderes de países do leste europeu, pois acreditam que suas nações poderão ser alvos de futuras agressões militares da Rússia se o republicano for eleito em novembro na corrida à Casa Branca.

UGANDA

Jovem é condenado a 6 anos de prisão por insultar presidente em vídeo

KATHARINA CRUZA/E

Um jovem de 24 anos foi condenado por um tribunal de Uganda a seis anos de prisão, após insultar em um vídeo publicado no TikTok o presidente Yoweri Museveni, a primeira-dama Janet Museveni e o filho do casal, Muhoozi Kainerugaba, que é chefe das forças armadas. Segundo a BBC, Edward Awebwa foi acusado de propagar discurso de ódio e de espalhar informações "enganosas e maliciosas" no vídeo.

De acordo com emissora britânica, o tribunal também soube que Awebwa havia compartilhado informações abusivas e havia afirmado que haveria um aumento de impostos no governo

do presidente Museveni. Após o ocorrido, o jovem se declarou culpado e pediu perdão. No entanto, a corte afirmou que, embora tenha implorado por misericórdia, Awebwa não parecia arrependido de suas ações, e que as palavras usadas no vídeo eram "realmente vulgares".

A BBC aponta que a juíza Stella Maris Amabilis disse que o acusado merece uma punição que lhe permita aprender com o seu passado, para que, da próxima vez, ele respeite o presidente, a primeira-dama e o seu filho. Ela impôs uma pena de seis anos por cada uma das quatro acusações contra ele, que serão cumpridas simultaneamente.

Grupos de direitos humanos denunciam regularmente as au-

toridades de Uganda por violações de direitos humanos e liberdade de expressão, destacou a BBC. Em 2022, o premiado autor ugandense Kakwenza Rukirabashaija sofreu duas acusações de "comunicação ofensiva", após fazer comentários pouco lisonjeiros sobre o presidente e seu filho na rede X. Ele acabou fugindo do país para a Alemanha depois de passar um mês na prisão, onde alegou ter sido torturado. A ativista e escritora Stella Nyanzi, que também está exilada, também chegou a ser presa após publicar um poema que criticava Museveni.

Em 2022, o presidente Museveni, que está no poder desde 1986, sancionou uma lei que foi criticada por grupos de direitos

humanos, que diziam que o projeto tinha como objetivo suprimir a liberdade de expressão online. No ano passado, um tribunal decidiu que a seção da lei que penalizava "comunicação ofensiva" era inconstitucional, afirma a BBC.

Ainda de acordo com a emissora britânica, o advogado de direitos humanos de Uganda Michael Aboneka disse que Awebwa foi acusado sob a mesma lei que ainda está sendo contestada no tribunal porque o texto é "vago". No programa BBC Newsday, ele disse que o presidente e sua família deveriam esperar ser criticados sob "qualquer ângulo", a menos que digam que vão prender todos os ugandenses por criticá-los.

REGIÃO METROPOLITANA

Obras no RJ empregam mais de 1,5 mil pessoas

As obras executadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria das Cidades em conjunto com municípios da Região Metropolitana do Rio geram mais de 1,5 mil empregos diretos e indiretos. Os dados são da própria pasta com informações das empresas responsáveis pelas intervenções em infraestrutura nas cidades de Itaboraí, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu e Mesquita.

"Nós temos uma clara regra neste governo: promover oportunidades, gerar emprego e renda, valorizar a nossa gente. Por isso, a maioria das oportunidades de trabalho nessas obras é para pessoas que moram na comunidade, no mesmo município ou nas cidades vizinhas", explica o governador Cláudio Castro. O investimento na região ultrapassa a marca de R\$1 bilhão, o que permitiu a criação de mais de 167 mil empregos em 12 meses. "Além de darmos empregos a essas pessoas, ainda aquecemos a economia local, prestan-

do um serviço de qualidade e que vai mudar a realidade daquelas pessoas. Só nessa região são mais de R\$1 bilhão em investimentos de infraestrutura. É o próprio morador trabalhando no local onde mora e que vai usufruir das melhorias", explica o secretário de Estado das Cidades, Douglas Ruas.

Levantamento feito pelo Governo do Estado do Rio com dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostra que entre junho de 2023 e maio deste ano foram criadas 167.186 vagas de empregos com carteira assinada no estado do Rio.

Morador do Jardim Bom Retiro, em São Gonçalo, Elianderson da Silva, está ajudando a modificar a realidade do bairro. Por lá, a secretaria das Cidades está revitalizando mais de 60 ruas com serviços de drenagem, pavimentação e urbanização, no segundo maior bairro do município em extensão.

SAUDI AIRLINES

Avião pega fogo ao pousar com 297 pessoas a bordo

MARCOS FURTADO/AE

Um avião da Saudi Airlines com 297 pessoas a bordo pegou fogo durante o pouso no aeroporto de Peshawar, no Paquistão, ontem. As informações são do jornal local Pakistan Observer. A companhia aérea informou que o incidente aconteceu

devido a um problema no trem de pouso.

O voo SV792 saiu de Riad, capital da Arábia Saudita, com destino à cidade paquistanesa de Peshawar. Os passageiros e os membros da tripulação foram retirados do jato em segurança, afirmou a companhia aérea. "A aeronave foi imedia-

tamente parada e as autoridades competentes foram notificadas. Todos os passageiros e tripulantes foram evacuados em segurança através do escorregador de emergência", disse a Saudi Airlines, em comunicado. A companhia não confirmou se houve feridos até o momento.

Um vídeo que mostra os passageiros e tripulantes deixando o avião por meio de um escorregador de emergência tem circulado no X.

De acordo com a companhia, fumaça saiu do trem de pouso do jato no momento da aterrissagem. "A aeronave já passa por avaliação técnica e por especialistas. Isto inclui reparos, inspeções gerais e testes para garantir a segurança", comunicou.

O controlador de tráfego aéreo acionou o corpo de bombeiros, que conseguiu apagar as chamas rapidamente, segundo informações do site Global Defense Insight.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar - Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa MGS Clean Solucoes e Servicos Ltda, CNPJ nº 19.088.605/0001-04, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede do Sindicato AV. RIO BRANCO 156, andar nº 32, sala 3229 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20031-202, no dia 19/07/2024, às 8h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 8:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:a) Autorização à diretoria do SINDEERH-RJ para negociar e firmar Acordo coletivo - vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c)Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar - Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Leste & Sudeste Servicos Gerais Ltda, CNPJ nº 03.358.040/0001-06, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede da empresa Rua Senador Danantas 71, sala 305 e 306 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20031-202, no dia 22/07/2024, às 10h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 10:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:a) Autorização à diretoria do SINDEERH-RJ para negociar e firmar Acordo coletivo - vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c)Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.